

MST E OS GOVERNOS FHC, LULA DA SILVA E AS LUTAS EM TORNO DO PRONERA.

Leila da Silva Sousa-UFRB¹
Eduardo Lisboa Santos-UESB²
Fátima Moraes Garcia-UESB³

Resumo:

O presente artigo, de cunho bibliográfico, visa analisar as relações estabelecidas entre o MST e os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2010) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), a partir do Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), evidenciando os confrontos e as lutas que foram desenvolvidas em um governo dito de direita e um dito de esquerda, a fim de perceber as contradições e as estratégias que os mesmos adotaram para desorganizar as lutas da classe trabalhadora. Para tanto, foram selecionadas as fontes teóricas, bem como os dados empíricos para análise do objeto. As referências teóricas se pautam em MOLINA, (2003) VENDRAMINI, (2011), DIAS (2006), NEVES (2005; 2011), POULANTZAS (2000) e REZENDE e NETO (2008), assim como em materiais do campo educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A análise revela que a diferença de um governo para outro se deu na forma de dominar e nos objetivos que se diferenciaram de um para outro. Assim, no governo FHC houve mais repressão que objetivava a criação de problemas imediatos que desvirtuassem a classe trabalhadora do que deveria ser o foco de sua luta – a luta contra o capital –, enquanto que no governo Lula o reforço do Programa teve o intuito de conformar a classe trabalhadora aos mandos do capital.

Palavras-chave: Movimentos sociais; PRONERA; Estado; luta de classes.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a temática do Programa de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, levando em consideração duas questões centrais: a primeira está

¹ Pedagoga, Pós-graduada em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela FIOCRUZ. Mestranda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Estudante Pesquisadora na Linha de Estudos e Pesquisa em Educação e Movimentos Sociais/ LEPEMS/CNPQ, linha vinculada ao Grupo de Pesquisa Estudos Histórico-Críticos em Educação/GPEHCE/MUSEU PEDAGÓGICO/UESB. Bolsista pesquisadora pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) – tutsuname@yahoo.com.br

² Graduado em História pela UFPB, Pós Graduando em História pela UESB Estudante Pesquisadora na Linha de Estudos e Pesquisa em Educação e Movimentos Sociais/ LEPEMS/CNPQ, linha vinculada ao Grupo de Pesquisa Estudos Histórico-Críticos em Educação/GPEHCE/MUSEU PEDAGÓGICO/UESB.

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Coordenadora da Linha de estudos e pesquisa em Educação e Movimentos Sociais/LEPEMS (GEPHCE/MUSEU PEDAGÓGICO/UESB),E-mail: fmg.2009@hotmail.com

relacionada em compreender a relação dos MST e o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), um governo dito de direita e conservador; e a segunda visa compreender como esta mesma relação foi estabelecida no governo Lula da Silva, um governante dito popular democrático e que tem sua gênese proveniente dos trabalhadores.

O artigo tentou sistematizar as lutas em torno do PRONERA, apontando o desdobramento das mesmas nos governos FHC e Lula da Silva, e a relação que se estabeleceu entre o Estado e os MST frente à conjuntura atual.

Com intuito de escrever um artigo que desse conta de discutir as questões apresentadas acima, a proposta metodológica abordou dois momentos: o levantamento das fontes de pesquisa, ou seja, o artigo foi desenvolvida com base em materiais acerca do processo histórico do PRONERA, bem como os referenciais teóricos que tratam dessa temática.

Posteriormente, foram analisadas as fontes de pesquisa, o que permitiu traçar uma relação do objeto com o conhecimento já construído. A partir das fontes selecionadas, nos debruçamos sobre sua análise, à luz do referencial teórico delineado, a fim de que se pudesse contribuir para o debate aprofundado sobre a realidade concreta do PRONERA, assim como os avanços e recuos que este veio apresentando para a luta da classe trabalhadora.

Em relação às considerações finais, foram elencadas algumas sínteses apreendidas com o desenvolvimento da pesquisa, com a intenção de relacionar as questões que conduziram esta investigação, apontando aspectos relevantes acerca das relações que se firmaram entre o PRONERA, o MST e o governo.

1 – Governo FHC e apontamento de sua relação com os movimentos sociais na conquista do Pronera

Esta parte do trabalho tem por intenção iniciar um debate acerca do que representou para os movimentos sociais, em especial o MST, o governo FHC. Uma das características principais de tal governo eram as ações coercitivas que, se por um lado

traziam grandes dificuldades aos movimentos sociais, por outro lado, nos faziam lutar nem que fosse para resolver os problemas imediatos, mantendo a militância da classe trabalhadora em luta para avançar em outras conquistas.

Neste contexto, a partir dos anos 90, a luta do MST por uma Educação do Campo se inicia quando se percebe a necessidade de formar política e criticamente os (as) assentados(as), os filhos e filhas dos assentados(as) e nota-se a escassez de escolas. Contudo, a escassez não se resumia ao espaço físico, mas também à ausência de professores que compreendessem a luta em torno da ocupação de terras e da configuração de um outro projeto de sociedade, da necessidade de articulação entre teoria e prática e, por fim, a necessidade de produção de materiais que dessem conta de formar a classe trabalhadora visando a constituição de um projeto de sociedade avesso a este que está posto.

Era claríssimo que a política do governo visava manter um projeto de sociedade que mantivesse os que detêm e os que não detêm os modos de produção em seus respectivos lugares. O governo FHC não apresentava um discurso de quem deseja ser um governo para os menos favorecidos, ou seja, era claramente um governo dominante, cada um fazendo a sua parte. O capital predominante era o financeiro. Havia uma ideologia propagada de que o Estado era um peso morto, devendo ser melhor administrado pelos parceiros. Neste sentido, havia bastante dinheiro para serem repassados para tais parceiros. Propaga-se, então, que as empresas devem ter responsabilidades sociais, pois a responsabilidade deveria ser de todos. É nesta época que se proliferam as fundações sociais e vai se constituindo um governo "de direita para o social" (Neves, 2010). O governo FHC chama a comunidade a fazer a sua parte, devendo-se juntar ao seu projeto societário, dando sua parcela de contribuição para ver sua pátria desenvolver. No entanto, aqueles que se recusavam a ver a tal pátria crescer, contestando este discurso por meio de mobilizações, recebiam a repressão – para ilustrar tal repressão, nos basta recordar o massacre de Eldorado dos Carajás. Conforme a análise de Coutinho, pautado em Gramsci, o papel do Estado "*mostra-se muito relevante: adequar à sociedade civil à estrutura econômica*" (2007, p. 20).

Não obstante, um governo não se faz apenas com atos coercitivos (Gramsci apud Coutinho, 2007) e era necessário que o governo FHC oferecesse "doses de cala boca" ao povo. Assim, foi neste governo que ocorreu a aprovação do PRONERA, visando à constituição de um pouco de consenso. É claro que tal aprovação tinha um

intuito dominante: o campo estava sendo desenvolvido fortemente para o agronegócio e se fazia necessário formar os povos do campo.

Ainda nesta lógica da força e do consenso, o governo FHC foi o período que mais liberou recursos para os assentamentos e houve desapropriação de terras. Apesar de, neste período, ter sido introduzido muito recurso nas áreas de reforma agrária, não foi possível modificar a situação de pobreza dos pequenos agricultores que dependem da terra para sobreviver. Isso ocorreu devido ao fato de que, juntamente com os recursos, não veio uma série de elementos, tais como o acompanhamento de uma equipe técnica, a liberação de recursos e, principalmente, o não investimento em infraestrutura como projetos de irrigação que garantam que as famílias plantem e que consigam colher. Tais ações poderiam contribuir para que os Sem Terra dessem conta de articular duas questões fundamentais: administrar os recursos e produzir na terra de forma adequada nas regiões. A falta dessa combinação levou muitos assentados a desperdiçar seus recursos produzindo culturas que não eram corretas para o tipo de solo ou para tipo de clima e, conseqüentemente, os recursos investidos não melhoraram ou alteraram a situação de vida do povo do campo.

Ao mesmo tempo, ocorreram muitas ações repressivas com prisões de inúmeros militantes devido às diversas CPI's (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaladas contra os movimentos sociais.

Verificamos, portanto, que este governo foi um período de grande influência para o que chamamos hoje de período do refluxo da luta de classe, pois este casava muito bem repressão e consenso – repressão para deter o andamento da luta pela terra e consenso para manter os sujeitos da luta pela terra e vítimas da repressão, satisfeitos provisoriamente. Foi assim que, ao mesmo tempo em que desapropriava uma fazenda improdutiva, matava muitos trabalhadores; liberava recurso para o PRONERA, mas tardava a repassar tais recursos, acarretando a necessidade de atenção constante para manter a luta pela terra e pelo PRONERA.

Foi assim que o governo FHC trouxe duas questões que determinam a forma de dominação: a primeira fortemente voltada para a aceitabilidade e a outra marcada pela coerção sempre que necessária. Segundo Gramsci (apud Coutinho, 2007, p. 17): “*A complexidade do papel do Estado (“integral”) reside no fato de reunir força e consenso num nexó dialético, de unidade-distinção...*”.

Não se pode perceber a forma de dominar dissociada dos aparelhos privados de hegemonia, que tanto podem contribuir para conformar à estrutura vigente, quanto para

formar para a luta contra a sociedade capitalista, dependendo da conjuntura em que se esteja.

Para os movimentos sociais talvez tenha sido mais fácil lutar contra a coerção do que contra o consenso. Esta afirmação se deve ao fato de que, nesse período, tínhamos definido um inimigo: claro e declarado. Os militantes, portanto, não se consideravam parte do governo. Assim, no governo FHC, mesmo com toda repressão vivida, o MST teve suas principais lutas – pela Reforma Agrária, pela Educação do e no Campo – desenvolvidas. No campo da luta por Educação, por exemplo, o MST produziu materiais para a formação na escola e em diversos processos destinados à formação da consciência da classe trabalhadora.

Contudo, esta luta foi sempre muito desigual, pois os movimentos sociais não dispõem de tantos intelectuais orgânicos para realizar esta dupla ação: militar pela liberação de recursos ao mesmo tempo em que necessitam se mobilizar para ocupar as terras. É importante salientar que ocupar a terra não é só quebrar o arame, mas é, sem dúvida, ter uma leitura adequada do momento histórico para não se cometer erros que custem a vida dos trabalhadores. Por isso mesmo, Poulantzas (2000) afirmava que uma das grandes urgências para a classe trabalhadora é a necessidade de compreensão de como fazer a luta numa sociedade capitalista que é organizada pelo Estado que tem por função desarticular as lutas das classes dos subalternos antes mesmos delas acontecerem.

Por estudar a ossatura do Estado e saber como as frações capitalistas se organizam para dominar e desarticular a luta do grupo dos subalternos, Poulantzas traz a seguinte colocação:

A urgência teórica é então a seguinte: compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na ossatura do institucional do Estado de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado... O Estado capitalista constitui a burguesia como classe dominante. Mas não se trata de uma burguesia já instituída como classe politicamente dominante fora ou antes de um Estado que ela criaria para conveniência própria, e que funcionaria apenas como simples apêndice dessa dominação. Trata da natureza de classe do Estado.” (2000, p. 128)

Avaliando o papel do PRONERA durante o processo de governabilidade de FHC, o Programa esteve fortemente ameaçado e, ao mesmo tempo, fortemente garantido, pois, se o avaliarmos numa lógica de política compensatória, abafamento e desorganização de luta maior, ele desenvolveu sua função em prol das classes

dominantes, cumprindo, assim, uma função dentro no novo processo de organização da dominação do capitalismo. Nota-se, portanto, como o processo de constituição da dominação não é linear. Por outro lado, o PRONERA durante esse governo, aglomerou universidades, movimentos sociais, pesquisadores e contribuiu para possibilitar a formação de muitos sujeitos que foram e são desprovidos de conhecimentos científicos, contribuindo para o aumento e o fortalecimento de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora.

Contudo, não se pode perder de vista os objetivos do grupo no poder para que as lutas não fortaleçam em sua totalidade a concepção de mundo desenvolvida pelo grupo hegemônico. É importante estarmos atentos para o papel fundamental do Estado que é o de manter organizada e com unidade a fração que determina o processo de dominação, organizando ações para manter as frações da classe trabalhadora em um constante processo de desorganização.

“O Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco no poder, composto de várias frações de classe burguesas do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção...”(Poulantzas, 2000, p. 129)

A necessidade real dos movimentos sociais está em compreender principalmente como a fração dominante consegue se manter no poder, construindo sua hegemonia e desconstruindo a história da classe dos subalternos.

Contudo, esse jeito de dominação da burguesia capitalista acontece de forma a deixar brechas, permitindo que a classe trabalhadora crie possibilidades de lutas.

Mais uma vez, Poulantzas (2000) traz um ponto fundamental sobre a compreensão do Estado – o que nos auxiliará a compreender melhor, a seguir, o papel do governo Lula da Silva durante o desenvolvimento do PRONERA:

“Entender o Estado como condensação material de uma relação de forças, significa entendê-lo como um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros”. (Poulantzas, 2000, pp.138-139)

Por essas e outras razões, as frações da classe trabalhadora que se formaram e se aglomeraram em torno do PRONERA, na luta por uma Educação do Campo, não podem perder de vista sua importância para o início de um outro projeto de sociedade.

1.2 – Governo Lula e apontamentos de sua relação com os movimentos sociais

Durante o governo Lula, a burguesia capitalista, a nível mundial, se reconfigura, passando por mudanças profundas. Redefinem-se os rumos e as políticas do Estado capitalista, assim como o conceito da nova sociedade civil que passa a ser compreendida como um dos principais espaços de difusão das ideias dominantes, por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Os aparelhos privados de hegemonia se constituíram no que se denomina Estado educador, uma vez que seu principal papel é o de educar para o consenso, cumprindo a função de conformar, impulsionando a classe trabalhadora à desvinculação da luta de classes.

Diversos processos são colocados em ação com o intuito de preparar os novos intelectuais orgânicos para atuarem de forma eficaz na organização da cultura e da política, conformando, assim, uma nova pedagogia da hegemonia. Esta se desenvolverá, de acordo com Martins et al (2010), através da transformação das diferentes teorias elaboradas por renomados cientistas internacionais em fundamento teórico de um projeto político-educativo. A partir daí, transforma-se esta teoria de um formato acadêmico para um formato simplista (do ponto de vista do entendimento), a fim de possibilitar que estes novos intelectuais orgânicos consigam operacionalizá-la para formar a consciência de homens e mulheres, fortalecendo o novo senso comum e a elaboração de uma mensagem ideológica.

Nota-se, que estas ações foram importantes para assegurar, de forma eficiente, a concretização de uma maneira de conceber o capitalismo - o capitalismo humanizado, agora considerado como o único modo possível de organização social. Esta concepção busca inviabilizar a configuração de outra sociabilidade, sobretudo, aquela que tenha por base a forma de compreender a realidade pautada pelo materialismo histórico.

Pode-se dizer que o “governo democrático-popular” de Luiz Inácio Lula da Silva nada fez de novo do ponto de vista de contribuir para reforçar a luta por uma “sociedade de todos” - como havia sido assegurado em seu discurso. O governo Lula intensificou o processo de reforma da aparelhagem estatal e deu continuidade ao que até então FHC havia desenvolvido. Contudo, não se pode deixar de ressaltar que a forma de dominação, mesmo de posse das mesmas políticas compensatórias, era diferente. Assim, o governo Lula desenvolveu uma forte cooptação da militância dos movimentos sociais, momento em que os diversos processos de desapropriação de terras ficaram emperrados, permanecendo muitos latifúndios improdutivos. Neste governo, houve 523 processos judiciais envolvendo a Reforma Agrária no Brasil, dos quais 234 ficaram parados na Justiça Federal. Existiam 69.233 grandes propriedades improdutivas no país,

que controlavam 228 milhões de hectares de terra (IBGE/Censo de 2010), que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária pela Constituição. No entanto estas terras continuam improdutivas, não cumprindo desta forma sua função social.

Houve um maior investimento em cursos profissionalizantes – o que não resolveu o problema da falta de qualidade da educação – aumentando o número de pessoas preparadas para o trabalho alienado, explorado, fazendo com que esses seres humanos tivessem, mais uma vez, seus direitos de acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, negados.

Contudo, a real necessidade por essa educação, brota do interesse da burguesia de inserir o Brasil no mundo capitalista como um país desenvolvido e, para isso, um dos critérios a serem alcançados é a superação do baixo índice de pessoas analfabetas e sem escolarização. Para alcançar tal objetivo, o governo Lula, que inicialmente era um governo voltado para o desenvolvimento industrial, teve que investir na área educacional. Este investimento, no entanto, não visava uma mudança estrutural, mas a elaboração de políticas compensatórias desenvolvidas por meio de programas, tais como o Brasil Alfabetizado, o Programa Todos pela Educação, o PRONERA, dentre outros. Nestas políticas, a tônica se dá na união entre o governo, o setor privado e os movimentos sociais. O Programa Todos pela Educação, por exemplo, sintetiza essa rede, essa cooperação forte, a fim de garantir uma maior produtividade. Para isso, foram investidos recursos na formação de mão de obra qualificada para atender às demandas dos modos de produção capitalista.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação no governo Lula cumpriu duas demandas: a primeira voltada para o fortalecimento e a entrada do país nos grupos de países ditos de primeiro mundo; e o segundo voltado ao fortalecimento da produtividade das empresas privadas. Esta forma de governar não perdeu de vista que a escola se constituiu como um dos mais fortes aparelhos privados de hegemonia para o fortalecimento das ideias dominantes (Gramsci) e, sendo assim, o investimento na Educação foi necessário.

Pode se dizer que a maneira de dominação desenvolvida durante a governabilidade do presidente Lula da Silva esteve fortemente voltada para a conformação dos que compõem a classe dos subalternos.

Sendo assim, parece que o fato de mudar a figura representativa de um país, por uma mais popular não altera o poder, uma vez que, como analisa Poulantzas (2000), a

ossatura estatal é composta por frações de classes, e o poder caminha de acordo com a fração que determina, através da sua hegemonia, o meio de consenso/coerção.

Não adianta adentrar no governo achando que é só ali que se constitui o nicho da burguesia quando, na verdade, esta se constitui de diversos nichos ou frações de classe – o que lhes permite relacionar com qualquer uma e continuar no comando das classes estando em uma fração mais intermediária.

Com isso, não estamos afirmando que o governo Lula quis fazer algo para a classe dos subalternos, só questionamos que faltou uma análise política aprofundada dos militantes políticos que no momento dirigiam os movimentos sociais sobre as eleições e as contribuições concretas que a política partidária poderia trazer para a luta de classes. Foi uma atitude prejudicial disseminar para os trabalhadores do campo que a vitória de Lula significaria mudança no cenário do campo, principalmente no que se refere à Reforma Agrária.

Mas, para observar que a luta deve se alargar para outros patamares, para além da institucionalidade do Estado, Poulantzas deixa claro que:

É a relação do Estado com as relações de produção e a divisão social do trabalho, concentrada na separação capitalista do Estado e dessas relações, que constitui a ossatura material de suas instituições: ...O Estado não se reduz a relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência própria. (...) Uma mudança de poder do Estado não basta nunca para transformar a materialidade do aparelho de Estado”... (Poulantzas, 2000, pp. 132-133)

Poulantzas analisa ainda que o desenvolvimento que dá materialidade à existência do aparato estatal está longe de ser desenvolvido para dar espaço para que, ao ocupar determinada esfera, monte um novo jeito de dominar.

“A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide na qual bastaria ocupar o cume para garantir seu controle.(...) a organização institucional do Estado torna possível a burguesia permutar o papel dominante de um aparelho por outro... O Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico”.(Poulantzas, 2000, p. 140)

A entrada de um de governo considerado como proveniente das camadas populares contribuiu ainda mais para a conformação dos subalternos reforçando a ideia de que a “sociedade é para todos”. Como exemplo do discurso criado, podemos citar que se preconizava que não existe falta de emprego, mas faltam trabalhadores qualificados. Assim, não é explicitado a negação dos diversos direitos do ser humano, mas passada a ideia de que os problemas sociais existem porque as pessoas não se interessam em se qualificar e se inserir na modernidade proporcionadas pelas novas tecnologias que surgem constantemente. O governo Lula teve a tarefa inculcar que

todos tinham espaço para participar, dando sua ideia e, desta forma, passava-se a aparência de que o governo lançava um olhar carinhoso para aqueles que os olhos do Estado, até então, ainda não tinham visto.

E como ficam as questões como acesso ao lazer, à alimentação adequada, à educação com qualidade, aos meios de transportes adequados para o campo, à universalização e ao acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pela sociedade, à distribuição igualitária da terra e muitas outras questões? Como instaurar a luta pela ruptura com os modos de produção capitalista?

O governo Lula conseguiu fazer com que a classe trabalhadora disseminasse ideias que não são as suas, ou seja, o trabalho de Lula contribuiu para que a classe dos subalternos valorizassem uma história que não é a sua, introjetando que esta é a única possível de viver. Este movimento se dá através da cooptação dos quadros dos vários movimentos sociais, instaurando o conformismo em massa que é realizado por meio de políticas assistencialistas, por meio de investimentos pesados nos aparelhos privados de hegemonia – como as igrejas, ONG'S, escolas, movimentos sociais.

Lula segue a mesma trajetória da burguesia do governo FHC que se intitulava governo progressista. Já em sua primeira reunião com os governos de alguns país, adotou o ideário capitalista viabilizando programas, planos e projetos – que nada mudam de forma radical a estrutura do capital.

Nesse sentido, a burguesia atrelou fortemente a responsabilidade, por exemplo, da educação às ONG'S (que trabalham através de ações efêmeras) com o intuito de formar para a nova sociabilidade da conformação e da aceitação da sociedade capitalista como única forma viável de sociedade. Uma das características dessa nova sociabilidade está em organizar pessoas calcadas na paixão e nos sentimentos. Essas ações, na verdade, têm, um cunho político, mas em um nível tão baixo que não permite a instituição de um projeto para a classe trabalhadora (Neves, 2010).

Não se fala mais, portanto, em responsabilidade social, mas em participação social. É uma participação social dentro dos moldes da sociedade civil ativa e dentro dos moldes do novo Estado, Estado democrático. Segundo Poulantzas (2000, p. 143), *“O Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas”*.

Compreender esta relação de forças que o Estado exerce sobre as camadas dos subalternos é relevante, pois permite visualizar melhor as estratégias adotadas pelos

dominados na formação da sua classe, desmobilizando-a e, com isso, reforçando a construção da hegemonia dominante.

Por outro lado, essa relação pode possibilitar que os subalternos se organizem, adquirindo uma visão crítica acerca do Estado, melhorando a forma de luta e percebendo as possibilidades e limites de suas lutas no seio do mesmo. Se esses subalternos tiverem uma leitura crítica, saberão enfrentar a seguinte contradição: quando algumas lutas atingem o interior do Estado, suas demandas já estão colocadas nos ministérios ou nas secretarias não apenas porque encontram brechas – não se pode perder de vista que o Estado em suas múltiplas facetas tende a ceder certas coisas à tensão popular –, mas para impedir que a classe dos subalternos consiga de fato atingir o centro da luta no Estado. Em outros termos, o centro da luta não se resume em ocupar ministérios ou secretarias, mas sim, compreender e lutar efetivamente como classe que está delineando as linhas de ação e dominando o poder. Na análise de Poulantzas (2000):

Na realidade, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, e isso não acontece porque uma entidade intrínseca penetra-o do exterior. Se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica. (p. 143)

Durante o governo Lula ficou evidente que um dos seus motes era fazer um mandato com a “participação de todos” - movimentos sociais, latifundiários, empresários, ONG'S, dentre outros. Esse laço unificado foi concretizado, por exemplo, no compromisso "Todos pela Educação", resultando numa grande parceria com diversos programas de educação como Brasil Alfabetizado, PRONERA, dentre outros.

No período do governo Lula foi notório o grande descaso com a luta pela terra e a grande tentativa da retirada dos movimentos sociais da participação direta nas discussões acerca do PRONERA.

Ao contrário do que aconteceu no FHC, no governo Lula, muitos dirigentes foram seduzidos pelo discurso de que, participando do governo, pode se conquistar elementos para fortalecer os menos favorecidos e que, estando de fora, estas conquistas se tornariam mais difíceis. Isto poderia ser verdade se estes dirigentes da classe trabalhadora tivessem teoricamente bem preparados e convictos do seu papel – o que não se concretizou visto que, muitas vezes, estes dirigentes se posicionavam como governo e não como classe.

Quando membros da classe trabalhadora começam a imaginar que estão no poder junto com a burguesia e que a garantia de políticas compensatórias é, de fato, a diminuição das desigualdades, se torna um problema e representa para a classe trabalhadora uma perda. Descemos um degrau na escada da formação da contra-hegemonia, pois não dispomos de tempo e tão pouco de recursos para prepararmos tantos intelectuais orgânicos para a classe trabalhadora. Assim, quando perdemos um dirigente, não perdemos só a pessoa, mas todo o processo de formação de um intelectual, além de ser um a menos no processo contribuição na formação de sujeitos que carecem de formação política para ingressarem na luta contra a classe da burguesia capitalista.

Nesse sentido, o governo Lula reforçou a perpetuação de uma ideologia dominante, enfraqueceu a luta da classe trabalhadora, pois, conformou e desarticulou os movimentos sociais, garantido assim o consenso para o seu projeto de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo caminhou dando ênfase na disputa pelo direcionamento e função do PRONERA, uma vez que este Programa se constituiu como uma das principais políticas da Educação do Campo.

O PRONERA foi constituído no governo FHC, e foi nesse período que ganhou materialidade, voltando-se para o processo de escolarização dos povos do campo. No entanto, enquanto muitos militantes organizavam a educação dos povos do campo por meio do PRONERA, o governo não poupava esforços em continuar aplicando, de forma contínua, forte coerção no processo da luta pela terra, onde muitos militantes sociais foram duramente assassinados e muitos acusados e processados sob a alegação de terem cometido crimes que não cometeram. Todo esse processo se constituía em armadilhas dos dominantes que não cessaram a dura repressão para desmobilizar os trabalhadores. Houve também a falta de investimentos para que, de fato, funcionassem as diversas parcerias do programa com as universidades.

Com isso, ao analisar o governo FHC e como se desenrolou sua relação com os movimentos sociais, percebe-se que o processo da dominação se concretizou principalmente pela via da coerção em que, em diversos momentos, os setores reacionários, de posse dos instrumentos estatais, assassinaram, prenderam, expulsaram os trabalhadores de suas terras e, conseqüentemente, frearam a luta pela terra.

Mesmo com todos os problemas de caráter político e repressivo enfrentados pelos movimentos sociais durante o período de governo de FHC, evidenciou-se que os movimentos sociais conseguiram ocupar terras e avançar nas suas discussões acerca de qual projeto de sociedade defendiam, bem como reafirmaram a necessidade de disseminar a ideia da construção de outra sociedade: a socialista.

Enquanto isso, o que se evidenciou durante a realização da análise do governo Lula (2002 – 2010) foi justamente a continuidade de uma política de dominação onde a repressão aconteceu de forma mais sofisticada, visto que não se constituiu numa repressão somente física. O que se deseja salientar é que a dominação utilizada por um governo dito “democrático-popular” esteve fortemente ligada ao projeto de construção da hegemonia por meio do consenso, tendo como principais instrumentos os aparelhos privados de hegemonia. Desta forma, foi notória a cooptação como forte ferramenta utilizada pelo governo Lula, para conter o andamento da luta e, assim, conformar a classe trabalhadora. Esta dinâmica mostra como a luta pode ser enfraquecida ou

cooptada pelas classes dominantes, muitas vezes fortalecendo a hegemonia destas classes no poder. O PRONERA passou a se constituir através da parceria de vários órgãos governamentais onde se instituí também exigências do grupo dominante, contribuindo para a manutenção da classe dos subalternos.

Isto nos faz analisar, embasados em Dias (2006), que a sociedade capitalista se desenvolve absorvendo e incluindo todos – uma inclusão criada pelos dominantes que serve para o ocultamento da miséria. Sendo assim, ninguém fica de fora: nem os trabalhadores informais, nem aqueles subordinados ao narcotráfico. Essa falsa inclusão cumpre o papel de desviar a culpa das desigualdades sociais produzidas pelas relações capitalistas.

Nesse sentido, Dias (2006) reflete que no governo Lula da Silva há a continuidade das políticas de FHC, onde os direitos sociais são transformados em políticas que se focaram em resolver problemas imediatos e específicos, com intuito de reafirmar e continuar a estrutura de dominação, concluindo, posteriormente, o processo de rearticulação do Estado e a reformatação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira e PIERRO, Maria Clara Di. **PRONERA Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Relatório geral. Avaliação externa do programa.** Coordenação Nacional da Pesquisa. *Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação.* São Paulo, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios.** São Paulo: Cortez; 1996, 2^a. Ed.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Políticas da educação: um convite ao tema.* In: FÁVERO. Osmar, SEMERARO. Giovanni. (Orgs.) **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, pp. 147-162.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos.** São Paulo: Editora Instituto José Paulo e Rosa Sundermann, 2006.
- LEHER, Roberto. *Movimentos Sociais, democracia e educação.* **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MOLINA. Mônica Castagna. **A Contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e desenvolvimento sustentável.** Tese de doutorado, defendida em 2003. Brasília, UNB, 2003.

NEVES, Lucia Wanderley (org). **A direita para o social e a esquerda para capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo Xamã, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Sites consultados:

www.incra.gov.br. Acessado em 25 maio. 2012